

**UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA- UNILAB**

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**FINANCIAMENTO E INDICADORES EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DOS
RESULTADOS DO MUNICÍPIO DE PACATUBA-CE**

Ana Márcia Soares

Marcela Oliveira Mosinho

Redenção

2014

ANA MÁRCIA SOARES
MARCELA OLIVEIRA MOSINHO

**FINANCIAMENTO E INDICADORES EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DOS
RESULTADOS DO MUNICÍPIO DE PACATUBA-CE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Internacional da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira-UNILAB como requisito para a obtenção do Grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Capelle

Redenção

2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

S652f Soares, Ana Márcia.

Financiamento e indicadores educacionais: uma análise dos resultados do município de Pacatuba-CE. / Ana Márcia Soares; Marcela Oliveira Mosinho. – Salvador, 2016.

61 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dra. Alexandre Oliveira Lima.
Inclui ilustrações quadros e referências.

1. Planejamento educacional. 2. Indicadores educacionais. I. Título. II. Mosinho, Marcela Oliveira.

CDD 371.207

ANA MÁRCIA SOARES
MARCELA OLIVEIRA MOSINHO

**FINANCIAMENTO E INDICADORES EDUCACIONAIS: UMA
ANÁLISE DOS RESULTADOS DO MUNICÍPIO DE PACATUBA / CE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, como requisito parcial para a obtenção do Grau de especialista.

Conceito:

Data da Apresentação: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ramon Capelle – **Orientador**

Prof. Dr. Jhon Herbert - **1ª Examinador**

Profª Dr. Maria Aparecida **2ª Examinador**

Redenção

2014

RESUMO

O contexto educacional escolar abrange variadas exigências governamentais. A escola pública, por excelência, é alvo de constantes incentivos, controles e avaliações externas. A partir dessas reflexões, objetiva-se verificar se existe relação direta entre os indicadores educacionais exigidos pelo governo e a aplicação dos recursos recebidos, na busca pela melhoria dos indicadores educacionais exigidos. Para realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica em que foi analisado o programa de governo FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica). Através de repasses federais, sua aplicação, comparando com os resultados obtidos pela avaliação externa, em larga escala, SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), seja no modo censitário ou por amostragem. Verificou-se uma grande melhoria entre os resultados obtidos no primeiro ano de aplicação (2005) e no último ano aplicado (2011). Ainda que a melhoria tenha sido significativa, há muitos objetivos a serem alcançados.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores educacionais- FUNDEB- SAEB- Metas.

RESUMEN

El contexto educacional brasileño posee variadas exigencias gubernamentales. La escuela pública, por supuesto, es el foco de inúmeros incentivos materiales, controles y evaluaciones frecuentes. Con base en esas reflexiones, se objetiva comprobar si hay éxito entre los indicadores educacionales exigidos por el gobierno y su consecuente aplicación de los recursos recibidos. Para realización de este trabajo, hicimos una encuesta bibliográfica, por lo que analizamos el programa del gobierno FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica). A través de repases federales, su aplicación, haciendo una comparación entre los resultados obtidos por la evaluación SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) Sea en el modo censitário o por amostraje. Se verificó una significativa mejoría entre los resultados obtidos en el primer año de aplicación (2005) y el último (2011). Aunque la mejoría tenga sido positiva, hay muchas metas para conseguir en el análisis educacional.

PALABRAS-CLAVE: níveis educacionais- FUNDEB- SAEB- Metas.

ABSTRACT

The school educational context demands different governmental actions. In particular, public school has been subject of continuous investments, controls and external assessments. Based on those considerations, the objective of this paper is to verify whether there is or not a direct relation between the educational indicators required by the government and the application of the funds received, for the improvement of the educational indicators required. In order to carry out this research, a bibliographical research has been conducted for analyzing the FUNDEB governmental program. Through federal funds, their application, comparing with the results achieved by the external assessment SAEB, either by census or by sampling, a great improvement has been noticed between the results achieved during the first year of application (2005) and the last one (2011). Even though the improvement was significant, there are still many goals to be achieved.

KEYWORDS: educational indicators - FUNDEF and FUNDEB - goals

LISTA DE TABELA E QUADROS

Tabela 1: critérios de consideração dos alunos na distribuição dos recursos do FUNDEB.....	16
Tabela 2: indicadores Educacionais do Ensino Fundamental e Médio ..	32
Quadro1: Comparativo FUNDEF – FUNDEB.....	17
Quadro2: Projeção para o Brasil IDEB ano Iniciais do Ensino Fundamental	25
Quadro 3: Projeção para o Brasil IDEB ano Finais do Ensino Fundamental	25
Quadro 4: Projeção para o Brasil IDEB do Ensino Médio.....	26
Quadro 5: Efeitos nos programas da Educação Básica.....	27
Quadro 6: Resultado da Prova Brasil em Pacatuba (2011).....	33
Quadro 7: Valores do repasse FUNDEF nos últimos 05 anos de vigência na Cidade de Pacatuba	34
Quadro 8: Valores do repasse FUNDEB nos últimos 05 anos de vigência na Cidade de Pacatuba	35

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza-RMF.....	30
Figura 2: Mapa Territorial de Pacatuba	30
Figura 3: Gráfico porcentagem de alunos por sala de aula em 2010....	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Procedimentos Metodológicos da Pesquisa.....	12
1 HISTÓRICO FUNFED – FUNDEB	14
2 INDICADORES EDUCACIONAIS	21
3 PACATUBA E OS INDICADORES	29
3.1 Pacatuba dados gerais	29
3.2 Aprendizados dos alunos de Pacatuba no Ensino Fundamental e Médio.....	31
3.3 Pacatuba e os indicadores educacionais.....	34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIA	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IPECE- Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará

IPLEX- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ITCMD - Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

ONU- Organização das Nações Unidas

PDDE - Programa dinheiro direto nas escolas

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDE - Programa de Desenvolvimento escolar

PMDE - Programa Municipal de Desenvolvimento na Escola

PNE - Plano Nacional da Educação Básica

UNICEF- Confederação das Nações Unidas

INTRODUÇÃO

O atual sistema educacional brasileiro, assim como em outros países desenvolvidos (Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e Portugal) busca, constantemente, avaliar o desempenho de seus alunos, escolas, profissionais e resultados, ao longo de cada ano escolar. Ao mesmo tempo, as políticas públicas educacionais se voltam cada vez mais no correto repasse e gerenciamento dos recursos recebidos semestralmente. Assim, o objetivo maior é o alcance dos índices educacionais estipulados aos níveis exigidos nacional e internacionalmente. A escola pública brasileira, por excelência, seja nas esferas Municipal, Estadual ou Federal, recebe incentivos, exigências e verbas específicas para o seu funcionamento, desempenho e manutenção.

Legalmente, o financiamento da escola pública é regulamentado pela Constituição Brasileira de 1988, que estabelece um percentual de 18% a União e 25% aos Estados e Municípios. A partir desses dados, surgem, entre os Setores Governamentais e Sociedade Civil, órgãos próprios responsáveis pela correta aplicação dos recursos recebidos. Normalmente, o financiamento está associado a diversos fatores, sejam eles de ordem física, material escolar ou despesas salariais. O repasse dessas verbas às Prefeituras, Estado e, conseqüentemente, às escolas é regulado por leis específicas, através de uma regra: vinculação de recursos, que determina um percentual mínimo do orçamento a ser investido em educação. O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente, manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar. Dentre eles, destaca-se aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola, avaliação de aprendizagem internas e externas, implementação de projeto político pedagógico e desenvolvimento de variadas atividades educacionais, sejam elas projetos, programas ou variadas rotinas e eventos escolares.

Enumeramos alguns dos recursos, presentes na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que foram ou são recebidos pela rede pública: FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), PMDE (Programa

Municipal de Desenvolvimento na Escola), PDDE (Programa dinheiro direto nas escolas), PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), PDE (Programa de Desenvolvimento escolar), FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), que foi substituído pelo FUNBEB, (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica) e PNE (Plano Nacional da Educação Básica).

Com base nos dados expostos, objetivamos analisar detalhadamente as vantagens e desvantagens dos recursos FUNDEF e FUNDEB, desde sua origem, implantação e aplicação à comunidade escolar, (Município, direção, coordenação pedagógica e financeira, professores, alunos, pais e sociedade civil) Se houve melhorias nos resultados dos indicadores educacionais e quais os desafios atuais.

Sabemos que o cumprimento das metas estabelecidas no PNE, 2014 (Plano Nacional da Educação), são exigências das políticas públicas atuais. Destacamos, dentre as principais, a universalização de no mínimo 95% da população, na faixa etária de 06 a 14 anos, universalização da educação a toda a população de 15 a 17 anos, melhorar significativamente os níveis de fluxo escolar e aprendizagem, de acordo com as metas estabelecidas no IDEB, até 2020. Esses desafios constituem um dos grandes objetivos das Políticas Públicas educacionais, na contemporaneidade. O que configura, conseqüentemente, um maior controle e aplicação dos recursos destinados aos diferentes níveis educacionais, na esfera pública. Comprova-se, portanto, que o objetivo não é só ofertar o ensino, mas manter o aluno na escola, como também os níveis de qualidade compatíveis com as exigências educacionais internacionais.

Diante das informações expostas, surgem variadas indagações, dentre elas, a problematização desta pesquisa: há relação direta entre o recebimento e aplicação dos recursos educacionais Fundef / Fundeb à melhoria dos indicadores educacionais analisados anualmente?

A pesquisa é de cunho documental e bibliográfico. Assim, este trabalho propõe uma metodologia baseada em um estudo descritivo e analítico, desenvolvido, em sua maior parte, por pesquisa em fontes primárias e governamentais, como a Secretária de Educação da Prefeitura Municipal de Pacatuba, com os seus levantamentos e dados de pesquisa, além de estatísticas sobre os índices em educação.

Se não tivermos um bom conhecimento técnico das fontes e dados em determinada temática social, é melhor que empregemos, na elaboração de diagnósticos socioeconômicos, indicadores já computados anteriormente por instituições com tradição e credibilidade. Pior do que não termos nenhuma informação ou indicador para uma determinada dimensão da realidade social é dispormos de um dado pouco confiável, que nos conduza a análises ou decisões equivocadas. JANNUZZI (2012, P.40)

A partir desse estudioso, fundamentamos a pesquisa bibliográfica com base em informações verídicas, de sites governamentais ou autorizadas pelo mesmo. Essa etapa foi realizada entre janeiro a julho de 2014, como intuito de identificar novas fontes vinculadas ao tema. Priorizou-se a consulta de informações escrita, como livros, teses, artigos especializados. Já a etapa documental foi viabilizada pelo uso de sites eletrônicos oficiais de entidades que visem apontar a importância da boa distribuição das verbas do FUNDEF / FUNDEB e sua influência para o desenvolvimento da educação brasileira. No âmbito nacional, o Ministério da Educação e Instituto Brasileiro de Dados e Estatísticas - IBGE; e no regional foi consultado site das Secretarias das Cidades, Secretária de Educação do Ceará - SEDUC CE, Instituto de Pesquisas e Estatísticas do Ceará- IPECE. O trabalho fundamentou-se, no que se refere à Administração Pública em Rua (2012); já sobre Políticas Públicas Educacionais em Jannuzzi (2012), em Xavier (2007). Além de Artigos Acadêmicos sobre educação. As contribuições de dados sobre o Município de Pacatuba são de Amora (1972).

Já a pesquisa documental tem como uma das fontes principais o manual do FUNDEB e Relatório Municipal do Selo UNICEF. O texto foi organizado com a seguinte forma, na primeira parte contendo a Introdução, em que são abordados os elementos fundamentais de uma monografia: O objeto de estudo, revisão da literatura, justificava, objetivos, problematização, hipóteses, os Procedimentos Metodológicos. Assim, é exposto como se deu a elaboração e desenvolvimento da pesquisa, explorando cada passo dado, desde a seleção do tema, à obtenção do objetivo geral. Nele também são abordados os procedimentos metodológicos.

Na segunda parte, apresenta-se o desenvolvimento da pesquisa, com um breve histórico sobre os financiamentos FUNDEF e FUNDEB, desde a implantação, repasse, utilização e aplicação, até os possíveis impactos diretos e indiretos nos resultados educacionais, nas esferas municipais, estaduais e anuais da Educação no Brasil. Ainda no desenvolvimento do trabalho, em outro capítulo, será detalhado os principais fundos e políticas de desenvolvimento educacional e seu consequente repasse a nível nacional.

Por fim, o capítulo sobre o município de Pacatuba, objeto de estudo desta monografia, onde serão abordados dados gerais sobre o município e, principalmente, serão analisadas as pesquisas e os indicadores educacionais, juntamente ao repasse do FUNDEF / FUNDEB , buscando, assim, traçar um perfil educacional da cidade e se há ou não relação do repasse da verba com melhoria da educação local.

1. HISTÓRICO DO FUNDEF e FUNDEB

Consideramos, nessa pesquisa, os recursos Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) e Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) como os dois mais importantes e expressivos financiamentos educacionais já criados e instituídos a nível Nacional. O primeiro foi criado através de Emenda Constitucional, n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997.

Respectivamente, no governo do ex-presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. O objetivo maior do Fundef foi nortear o financiamento do Ensino Fundamental, através de recursos próprios, destinados exclusivamente a esse nível educacional. A vigência prevista era de 10 anos, em conformidade com as Políticas Públicas educacionais vigentes à época. Entretanto, havia incompletudes relacionadas ao correto repasse do fundo, valores, aplicações e compreensão da classe docente em geral, dentre outros aspectos. Em 2006, no Governo do Ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva, o Fundeb foi criado, por meio de Emenda Constitucional, nº 53/2006, e regulamentado pela Lei 11.494/2007, pelo Decreto nº 6.253/2007.

Sua principal função inicial foi substituir o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), que consistiu em um recurso financeiro específico destinado ao ensino fundamental. Mas que destinava apenas 25% da receita arrecadada de Estados e Municípios à Educação. Posteriormente, foram destinados 60% da receita entre Municípios e Estados, com complementação da União, se necessário.

O Fundef (Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental) vigorou de 1998 a 2006, precisamente 08 anos. O principal motivo da mudança foi agregar outros segmentos educacionais: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e EJAS; aumentar o valor e conseqüentemente unificar a distribuição reservadas às

escolas até aquele momento. A implantação do financiamento da educação básica¹ foi estipulada para o período compreendido entre 2007 e 2020, prazo final para o cumprimento das metas educacionais. Sendo totalmente distribuído no seu terceiro ano de vigência.

As fontes de arrecadação foram oriundas de variados impostos cobrados e transferidos, tanto a nível municipal, quanto estadual e União: Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp); Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos (ITCMD); Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (cota-parte dos Municípios- ITRm); Recursos relativos à desoneração de exportações de que trata a LC nº 87/96; Arrecadação de imposto que a União eventualmente instituir no exercício de sua competência; (cotas-partes dos Estados, Distrito Federal e Municípios); Receita da dívida ativa tributária, juros e multas relativas aos impostos acima relacionados. (MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO FUNDEB, 2009, p.09).

Além disso, também objetivou garantir integralmente o repasse de 100% dos recursos arrecadados por Estados, Municípios e União à manutenção e valorização da Educação. O principal objetivo foi universalizar a distribuição

1

Constitui Educação Básica os segmentos Educação infantil, ensino fundamental e médio, nas faixas etárias compreendidas entre 4 e 17 anos de idade, LDB, Art.º 4, [Lei nº 12.796, de 2013](#))

financeira de forma democrática, a nível nacional, repassando o recurso de acordo com o quantitativo de alunos matriculados nas instituições de ensino anualmente.

A distribuição do financiamento é organizada de acordo com o quantitativo de matrículas de alunos, realizado anualmente pelo Censo escolar/INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais- MEC), e publicados no Diário Oficial da União e Sites Governamentais. O recurso recebido pelas escolas anualmente é sempre contabilizado segundo informações do ano anterior. Desta forma, o repasse destinado é de acordo com as informações fornecidas pelas instituições escolares. A abrangência de distribuição também foi melhor dividida, entre todos os níveis e segmentos da Educação Básica, de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 1: Critérios de consideração dos alunos na distribuição dos recursos do FUNDEB

SEGMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	MATRÍCULAS NAS ESCOLAS			
	ESTADUAIS	DISTRITAIS	MUNICIPAIS	CONVENIADAS
Educação infantil (creches)	Não	Sim	Sim	Não
Educação infantil (pré-escola)	Não	Sim	Sim	Sim (por 4 anos)
Ensino fundamental regular	Sim	Sim	Sim	Não
Ensino médio	Sim	Sim	Não	Não
Educação especial	Sim	Sim	Sim	Sim
Educação de jovens e adultos (ensino fundamental)	Sim	Sim	Sim	Não
Educação de jovens e adultos (ensino médio)	Sim	Sim	Não	Não

Fonte: Manual FUNDEB (2009)

A grande novidade, na mudança dos dois recursos, foi a possibilidade de ampliação dos recursos repassados à educação básica, de maneira mais democrática, participativa e igualitária. Além disso, houve a questão de descontinuidade política, pois o primeiro foi instituído no Governo FHC e o segundo

no Governo Lula. Somados a esses fatores, também identificamos a criação Fundeb como aplicação de exigências educacionais internacionais. É inegável que o repasse e aplicação do Fundeb foi melhor publicado frente à sociedade civil, que pode verificar e acompanhá-lo através dos Conselhos escolares, entidades fiscalizadoras, representados pelos Conselhos Municipais do FUNDEB. Esses são constituídos por vários membros da sociedade educacional, a nível municipal. Conseqüentemente, todos os recursos gerados seriam redistribuídos exclusivamente na educação básica. Dessa forma, o financiamento veio complementar uma das metas estabelecidas para o cumprimento do PDE, (Plano de Desenvolvimento da Educação), em 2007, que buscava o alcance de quatro metas: educação básica, profissional, superior e alfabetização, pela população brasileira. O FUNDEB inovou em quesitos como vigência, alcance, número de alunos atendidos, fonte de recursos e contribuição de Estados, Município e União.

No quadro a seguir, podemos visualizar as grandes mudanças ocorridas da mudança do FUNDEF para o FUNDEB.

Quadro 1: Comparativo FUNDEF – FUNDEB

QUADRO COMPARATIVO FUNDEF-FUNDEB		
PARAMETRO	FUNDEF	FUNDEB
1. Vigência	Dez anos até (2006)	4 anos (a partir da promulgação da emenda constitucional)
2. Alcance	Apenas o ensino fundamental	Educação infantil, ensino fundamental e médio
3. Número de alunos atendidos	30,2 milhões (Censo Escolar de 2005)	48,1 milhões, a partir do quarto ano de vigência do fundo (Censo de 2005)
4. Fontes de recursos que compõem o fundo	15% de contribuição de estados, DF e municípios: * Fundo de Participação dos Estados (FPE) * Fundo de participação dos Municípios (FPM) * Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) * Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (Iplexp) * Desoneração de exportações (Lei Complementar nº 87/96) Complementação da União	Contribuição de estados, DF e municípios de: 16,66% no primeiro ano; 18,33% no segundo ano; 20% a partir do terceiro ano, sobre: Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Produtores Industrializados, proporcional às exportações (Iplexp); Desoneração de Exportações (Lei Complementar nº 87/96) Contribuição de estados, DF e municípios
5. Montante de recursos	R\$ 35,2 bilhões (previsão de 2006, sem complementação da União)	Consideradas as estimativas (em valores de 2006) e a escala de implantação gradual do fundo, os montantes previstos de recursos

		(contribuição de Estados, DF e municípios, sem complementação da União), seriam: * R\$ 41,1 bilhões no primeiro ano * R\$ 45,9 bilhões no segundo ano * 50,7 bilhões no terceiro ano
6. Complementação da União ao fundo	R\$ 313,7 milhões (valor previsto para 2006 pela Portaria MF nº 40, de 3.3.2006) Não há definição, na Constituição, de parâmetro que assegure o montante de recursos da União para o Fundo	Consideradas as estimativas, em valores de 2006: * R\$ 2 bilhões no primeiro ano * R\$ 3 bilhões no segundo ano * 4,5 bilhões no terceiro ano * 10% do montante resultante da contribuição dos estados e municípios a partir do quarto ano; Valores reajustáveis com base no índice oficial da inflação; Esses valores oneram os 18% da receita de impostos da União vinculada à educação, por força do art. 212 da Constituição, em até 30% do valor da complementação; Não poderão ser utilizados recursos do salário-educação (a contribuição do salário e educação serão estendidas a toda educação básica pública); Até 10%, poderá ser distribuída aos fundos por meio de programas direcionados à melhoria da qualidade de educação.
7. total geral de recursos do fundo	R\$ 35,5 bilhões previstos para 2006	Previsões (em valores de 2006) * R\$ 43,1 bilhões no primeiro ano * R\$ 48,9 bilhões no segundo ano * R\$ 55,2 bilhões no terceiro ano
8. Distribuição dos recursos	Com base no número de alunos do ensino fundamental regular e especial, de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior	Com base no número de alunos da educação básica (creche, pré-escolar, fundamental e médio), de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior, observada a escala de inclusão: * Alunos de ensino fundamental regular e especial: 100%, a partir do primeiro ano; Alunos da educação infantil, ensino médio e EJA: 33,33% no primeiro ano; 66,66% no segundo e 100% a partir do terceiro; Mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério da educação básica; O restante dos recursos em outras despesas de manutenção e desenvolvimento.
9. Utilização dos recursos	Mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério do ensino Fundamental e restante dos recursos, em outras despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público	Fixado anualmente com diferenciações previstas para: educação infantil (até três anos); educação infantil (pré-escola); séries iniciais urbanas e rurais; quatro séries finais urbanas e rurais; ensino médio urbano e rural; ensino médio profissionalizante, educação de jovens e adultos e educação de jovens e adultos integrada à educação profissional; educação especial; educação indígena e de quilombolas;
10. Valor mínimo nacional por aluno ao ano (detalhamento a ser	Fixado anualmente, com as diferenciações: Até 2004: * 1ª à 4ª série; 5ª à 8ª série e educação especial	Fixado anualmente com diferenciações previstas para: Educação infantil (até três anos); educação infantil (pré-escola); séries iniciais urbanas

definido na regulamentação da PEC)	A partir de 2005: * Séries iniciais urbanas * Séries iniciais rurais * Quatro séries finais urbanas, rurais e educação especial	e rurais quatro séries finais urbanas e rurais ensino médio urbano e rural; ensino médio profissionalizante; educação de jovens e adultos; educação de jovens e adultos integrada à educação profissional; educação especial; educação indígena e de quilombolas.
11. Salário-educação	Parte da quota federal é utilizada no custeio da complementação da União ao Fundef, permitida até o limite de 20% do valor da complementação	Não pode ser utilizado para fins de custeio da complementação da União ao Fundeb

Fonte: Manual FUNDEB (2009)

No tocante à disponibilização dos valores às escolas, a responsabilidade foi atribuída ao Chefe do Poder executivo e a autoridade responsável pela secretaria de Educação ou órgão responsável. Os impostos recebidos são direcionados a contas específicas (Banco do Brasil ou Caixa Econômica) e repassados aos municípios, de acordo com a assinatura do chefe pela pasta (Secretários Municipais de Educação).

Outra inovação foi à vinculação de uma contínua e crescente valorização dos profissionais do Magistério, no Ensino Básico. Conseqüentemente, o fundo buscou também unificar o salário dos profissionais estabelecendo um plano de cargos e carreiras, segundo a Lei nº 11.738/2008 o salário dos profissionais deveria ser pago integralmente com recurso do FUNDEB, já que a legislação específica determina que o mínimo de 60% dos valores anuais transferidos à conta do Fundo seja destinado à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica. Já a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), principal instrumento regulador dos gastos do poder público no país, impõe critérios e limites gerais que exigem rigor e responsabilidade na gestão dos recursos públicos nas esferas federal, estadual e municipal, estabelecendo (art. 19, I e II) que o gasto máximo com pessoal não poderá ultrapassar 49% das receitas correntes líquidas nos estados e 54%, nos municípios.

Atribuiu-se o recurso à valorização ou melhoria do vencimento base, como podemos citar o 13º salário, adicional de férias, sejam vencidas ou não, proporcionais ou antecipadas, gratificações relativas às funções do magistério, horas

extras, aviso prévio e abono. Os demais acréscimos existentes sobre melhoria salarial não devem ser custeados pelo FUNDEB. Faz-se necessário destacar que ainda há dúvidas, incertezas e insatisfação quanto ao piso salarial unificado dos professores, a nível nacional, com recursos próprios do fundo. Variados municípios que ainda não igualaram o salário dos profissionais do magistério, alegam que os recursos disponíveis são insuficientes para o custeio e manutenção da folha de pagamento.

Os 40% restantes do recurso, destinam-se a despesas de manutenção e desenvolvimento do Ensino (MDE), aplicadas por Estado, União e Municípios. As despesas compreendem especificamente remuneração e capacitação de docentes e profissionais da educação, formação inicial e continuada, aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos utilizados no âmbito escolar, dentre outras benfeitorias. Para verificar e obter um maior controle sobre o repasse e aplicação do FUNDEB, há conselhos de acompanhamento dos recursos, tanto na esfera municipal, quanto estadual e federal. A sociedade participa e tem a obrigação de acompanhar os recursos através de conselhos. Esses são formados por comissão mista de integrantes, geralmente representantes de todos os envolvidos no âmbito escolar.

O principal objetivo é acompanhar a correta aplicação do recurso. Sabe-se que há uma enorme diferença entre a Legislação vigente e a prática escolar, pois muitas instituições, secretarias, municípios ainda não utilizam os conselhos como eles realmente deveriam atuar, de maneira transparente, democrática e atuante perante os envolvidos no processo educacional e sociedade civil.

2. INDICADORES EDUCACIONAIS

É fato afirmar que o objetivo de todos os envolvidos no processo educacional, seja a nível nacional ou internacional, é melhorar gradativamente os índices educacionais. Desde o surgimento do Estado de Bem Estar Social, por Émile Durkheim² na Europa, e à consolidação de variados direitos e deveres governamentais no desenvolvimento humano dos cidadãos, surgiram metas estipuladas para o alcance dessa melhoria. Embora o estudo sobre essa vertente seja recente, início do século XX, é notório que as conceituações feitas pelo sociólogo Émile Durkheim, sobre parâmetros de variados segmentos no objetivo de melhorias de vida ganharam destaque em meados de 1960.

“É a sociedade que nos lança fora de nós mesmos, que nos obriga a considerar outros interesses, que não os nossos, que nos ensina a dominar as paixões, os instintos e dar-lhes lei, ensinando-os o sacrifício, a privação, a subordinação dos nossos fins individuais a outros, mais elevados.” DURKHEIN (1978,P.45)

É nesse período que as diferenças entre crescimento econômico e social ficaram mais visadas, sobretudo no que se referia à contribuição da classe trabalhadora na geração de riqueza e em contrapartida na sua péssima qualidade e

² Émile Durkheim (1858-1917) foi sociólogo francês. É considerado o pai da sociologia moderna. É criador da teoria da coesão social. Junto com Karl Marx e Max Weber, formam um dos pilares dos estudos sociológicos.

expectativa de vida, ao longo da vida útil. Como Durkheim, surgem outros críticos e áreas preocupadas com a melhoria de variados segmentos da sociedade, na busca de melhores condições de vida. Atualmente, existem variados instrumentos e órgãos reguladores responsáveis pelo estudo e controle da melhoria no bem-estar social, como OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), FAO (Organização das Nações Unidas para Ciência e Alimentação), OIT (Organização internacional do trabalho), OMS (Organização Mundial da Saúde), UNICEF (Organização das Nações para a infância) e UNSD (Divisão de Estatística das Nações Unidas).

Na área educacional, há variados instrumentos de acompanhamento na educação, a nível nacional e internacional. Destacamos, dentre eles, o PISA (Programme for International Student Assessment), que consiste em um programa organizado pela OCDE, no intuito de acompanhar o nível educacional, em jovens de até 15 anos completos, ativos na vida escolar, entre os países participantes. A avaliação é realizada a cada três anos e verifica o desenvolvimento das competências em Leitura, Matemática e Ciências. O programa coleta informações para a elaboração de indicadores contextuais, que buscam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais.

O Brasil abrange a lista de países integrantes do PISA e, assim, também utiliza os resultados da avaliação internacional. Atualmente, já existem institutos nacionais que elaboram, aplicam, verificam e comparam os resultados obtidos nas avaliações externas, em contrapartida também estipulam metas a serem alcançadas. Oficialmente utilizamos o INEP (Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais), órgão vinculado ao MEC, na elaboração do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Na busca de atingir essa meta, variados planos de ação são traçados pelos governos. Através da elaboração e aplicação de políticas públicas específicas ao universo educacional, estados, municípios e distrito federal traçam

metas para o seu correto cumprimento. Nessa perspectiva, foi criado o Plano Nacional da Educação, através da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Ele institucionalizou o poder público na criação e aplicação de políticas públicas específicas à universalização do Ensino Fundamental, Médio e Superior. Mas o objetivo não é só universalizar, também é essencial a efetivação de um ensino de qualidade. Assim, foram instituídos variados sistemas de avaliação externa, que objetivam confirmar o progresso do sistema educacional brasileiro. (...) VI- assegurar processo de avaliação nacional de rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e melhoria da qualidade do ensino. (BRASIL, 1996)

Atualmente, são aplicadas diversas avaliações externas nos variados segmentos e níveis educacionais: SAEB (Sistema de avaliação da educação básica), ANEB (Avaliação Nacional da Educação básica), ANRESC (Avaliação Nacional de Rendimento Escolar), Prova Brasil, ANA (Avaliação Nacional da alfabetização), SPAECE (Sistema permanente de avaliação da educação básica do Ceará), ENEM (Exame nacional do ensino médio), ENADE (Exame nacional de desempenho dos estudantes), dentre outras avaliações regionais ou estaduais.

De acordo com o nível e modalidade de ensino analisada, os resultados obtidos a cada aplicação, que ocorrem anualmente, são estabelecidos gráficos comparativos e qualitativos relacionados ao desenvolvimento da aprendizagem, condição socioeconômica de alunos, professores, gestores e escolas envolvidas. Especificamente, nessa monografia, analisaremos se os recursos FUNDEF e FUNDEB constituíram fatores determinantes, juntamente na análise das avaliações externas, no tocante à melhoria do ensino aprendizagem.

“A LDB 9394/96 incentivava, ainda que superficialmente, a adoção de um sistema de avaliação em larga escala de abrangência nacional. Seu propósito maior é ser instrumento de transformação educacional:

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.” (...) (LDB, 1996, p.04)

A prova Brasil e SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) constituem avaliações diagnósticas, aplicadas em larga escala, aplicação geral, ou amostrais, por amostra, desenvolvidas e organizadas pelo INEP/ MEC. Objetivam analisar e avaliar a qualidade do sistema educacional brasileiro, com base em questões objetivas unificadas e questionários socioeconômicos. Foram criadas em 2002, como uma das ações praticadas no contínuo monitoramento e acompanhamento do ensino básico. Ela é realizada de dois em dois anos, números ímpares, ao final do ano letivo escolar, nos segundos, quintos e nonos anos do Ensino Fundamental (1º, 4º e 8º séries) e Terceiros anos do Ensino Médio.

Os questionários, via de regra, integram itens (questões) de português, matemática, com ênfase em leitura e resolução de problemas, e dados pessoais e familiares, que informam sobre a realidade social do educando. Os resultados são quantificados através de uma matriz de competência específica, elaborada com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais. A abrangência dessa avaliação é nacional, nas esferas estadual, municipal e federal.

Aplicada desde o ano de 2005, são observados fatores como desempenho, evasão, repetência e proficiência dos alunos, em uma escala de 0 a 10. Essa média corresponde aos índices educacionais de órgãos internacionais. O objetivo brasileiro é alcançar a média 06, nota mínima no padrão educacional nacional e internacional. No primeiro ano de aplicação, tem-se o resultado obtido e as possíveis metas a serem alcançadas, nos anos seguintes. A tabela a seguir ilustra os resultados e metas estipuladas nas respectivas séries 2º, 5º e 9º anos da educação básica:

Quadro 2: Projeções para o Brasil IDEB Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2005 a 2021

Anos Iniciais do Ensino Fundamental									
	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa									
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5

Fonte: SAEB e Censo Escolar, 2014.

Quadro 3: Projeções para o Brasil IDEB Anos Finais do Ensino Fundamental 2005 a 2021

Anos Finais do Ensino Fundamental									
	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Dependência Administrativa									
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3

Fonte: SAEB e Censo Escolar, 2014.

Quadro 4: Projeções para o Brasil IDEB Ensino Médio 2005 a 2021

Ensino Médio									
	IDEB Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependência Administrativa									
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0

Fonte: SAEB e Censo Escolar, 2014.

A nota atual, do último ano divulgado, que corresponde a 2011, foi abaixo das metas estipuladas. O que na prática indicava um péssimo resultado, configurando, portanto, uma maior preocupação em relação à melhoria dos resultados educacionais. De acordo com as tabelas analisadas acima, durante as aplicações bienais da prova, os resultados persistiram baixos nas três esferas envolvidas. Os resultados de 2013 ainda não foram divulgados, mas com base nas estatísticas anteriores, imagina-se que a meta geral ainda não tenha sido totalmente alcançada.

A partir desses dados, foram criadas outras estratégias (criação e aplicação de políticas públicas voltadas à melhoria da educação básica). Nos anos seguintes, seguiram-se as aplicações e análises, conforme as tabelas acima. É interessante observar que os resultados considerados satisfatórios, ou seja, com média igual ou superior a nota seis, englobam somente a rede de ensino privada, o que ainda justifica um grande atraso na aprendizagem educacional nacional, frente às metas nacionais e internacionais de ensino.

Com base nas exigências governamentais, JANNUZZI propõe um conjunto de indicadores mais complexo, que visa analisar os indicadores em tempos de execução diferentes. A grande diferença observada nesse quadro são os efeitos de curto, médio e longo prazo, nos programas e ações da educação básica.

Quadro 5: Efeitos nos programas da Educação Básica

DIMENSÃO	INDICADOR	DESEGREGAÇÃO GEOGRÁFICA DO INDICADOR	TEMPO
INSUMO	Gasto próprio municipal/ estadual em relação ao gasto público total	Estados e Municípios	Anual
	Gasto total incluindo o Fundeb	Estados e Municípios	Anual
	Gasto médio por aluno	Estados e Municípios	Anual
	Gasto por aluno com recurso do PDDE	Estados, Municípios e Escola	Anual
PROCESSO	Percentual de docentes com formação superior	Estados, Municípios e Escola	Anual
	Número de docentes com formação superior	Estados, Municípios e Escola	Anual
	Percentual de alunos atendidos pelo ensino integral	Estados, Municípios e Escola	Anual
	Percentual de alunos beneficiados por laboratório de informática	Estados, Municípios e Escola	Anual
RESULTADO	Proficiência do Saeb em Português	Estados, Municípios e Escola	Bianual
	Proficiência do Saeb em Matemática	Estados, Municípios e Escola	Bianual
	Proficiência da Provinha Brasil (EJA)	Estados, Municípios e Escola	Anual

	Taxa de aprovação	Estados, Municípios e Escola	Anual
	Taxa de abandono Índice de desenvolvimento da Educação	Estados, Municípios e Escola	Anual
		Estados, Municípios e Escola	Bianual
	Defasagem Idade/ Série	Estados, Municípios e Escola Estados e Municípios	Anual
IMPACTO	Alunos ingressantes no ensino superior		Anual
	Ocorrências policiais de jovens entre 15 e 24 anos		Anual
	Taxa de desemprego de jovens entre 15 e 24 anos		Anual

Fonte: Rezende e Jannuzzi (2008)

3. PACATUBA E OS INDICADORES

O município de Pacatuba foi analisando através de pesquisas e indicativos educacionais, juntamente ao repasse do FUNDEF e FUNDEB. Esses são os objetos de estudo desta monografia. Portanto, serão abordadas características do município e análise qualitativas dos dados quantitativos, disponibilizados no site do INEP e MEC como resultados e estatísticos dos últimos anos, a fim de melhor traçar um perfil educacional da cidade.

Neste capítulo também serão abordados os dados gerais do município, o resultado de avaliação de aprendizado importantes e os valores do repasse do FUNDEF e FUNDEB nos últimos anos.

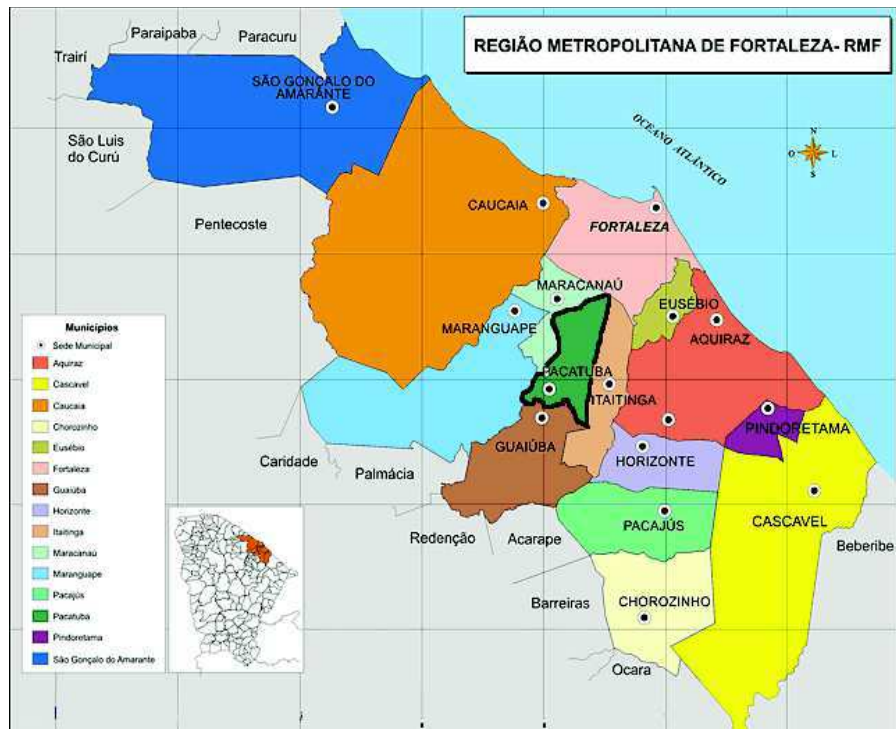
3.1 Pacatuba dados gerais

Pacatuba está localizada ao sopé da Serra da Aratanha, sendo a primeira serra que compõe o complexo do Maciço de Baturité. A cidade de Pacatuba faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza está situada a 30 km da capital do Estado do Ceará e 40 km da cidade de Redenção. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 4 distritos: Pacatuba, Monguba, Pavuna e Jereissati.

De acordo com o último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, Pacatuba tem uma população de 72.299 pessoas. A cidade tem sua economia movimentada pelo setor da indústria e de serviço, acaba sendo bastante influenciada por cidades que são grandes polos industriais como Fortaleza e Maracanaú em função da proximidade.

A seguir, são apresentados os mapas da Região Metropolitana de Fortaleza e do Município de Pacatuba.

Figura 1: Mapa da Região metropolitana de Fortaleza- RMF



Fonte: IPECE (2014)

Figura 2: Mapa Territorial de Pacatuba 2014



Fonte: Google maps (2014)

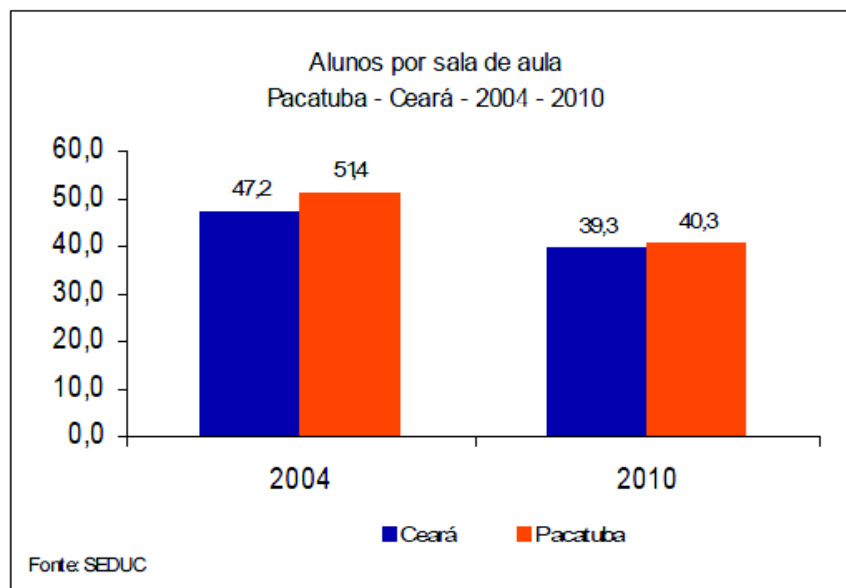
Atualmente a cidade ocupa 5º melhor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH da RMF com 0,675. O IDH mede o nível de desenvolvimento humano dos municípios utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), que tem uma grande importância para o crescimento do IDH. Também são considerados critérios de avaliação a longevidade, esperança de vida ao nascer, e renda PIB per capita. O índice varia de zero a um, e quanto mais perto de um melhor é o desenvolvimento Humano. Desta forma, o desenvolvimento de Pacatuba é considerado médio, já que, é maior que 0,500 e menor que 0,799.

3.2 Aprendizado dos alunos de Pacatuba no Ensino Fundamental e Médio.

Ainda de acordo com o IBGE, o município possui 489 professores, de vínculo efetivo, e conta com 37 escolas, sendo quatro sob a responsabilidade do Governo do Estado do Ceará.

Abaixo, observa-se um gráfico com alunos por sala de aula no ano de 2012.

Figura 3: Gráfico porcentagem de alunos por sala de aula em 2010



Fonte: IPECE (2013)

Observa-se que tanto no ano de 2004 como em 2010 a cidade ficou com porcentagem acima do Estado do Ceará, porém o número de alunos em sala de aula diminuiu de 51,4% para apenas 40,3%. Os resultados de 2010 ficaram praticamente empatados entre o município e o estado. Abaixo podemos ver mais dados sobre indicadores em Pacatuba.

Tabela 2: Indicadores Educacionais do Ensino Fundamental e Médio

Discriminação	Indicadores Educacionais			
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Município	Estado	Município	Estado
Taxas (%)				
Escolarização líquida	68,2	91,4	32,2	47,8
Aprovação	89,9	88,4	72,9	82,2
Reprovação	8,5	8,7	9,2	7,2
Abandono	1,6	2,9	17,9	10,6
Alunos por sala de aula	30,1	28,2	42,5	34,1

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

Fonte: IPECE (2011)

Os resultados de Pacatuba mantiveram-se praticamente empatados, com os resultados do Estado do Ceará no Ensino Fundamental, nos quesitos de aprovação e reprovação. No que se refere à escolarização líquida, os resultados de Pacatuba forma menores que o Estado e o abandono de sala de aula também foi menor no município.

Quando se analisa os indicadores no Ensino Médio, mais uma vez, é notório que o município fica com os números positivos abaixo da média do Estado e com os negativos acima. A reprovação em Pacatuba é de 9, 2% do total de alunos matriculados e o Estado é de 7,2% e outro dado negativo é o número de reprovação que ficou 7,3% acima do Ceará, que registrou 10,6% de abandono de sala de aula dos alunos matriculados em 2011.

Com base nos resultados da Prova Brasil ocorrida em 2011, é possível calcular a proporção de alunos com aprendizado adequado à sua etapa

escolar os alunos de 5° e 9° de quase todas as escolas públicas são avaliadas a cada dois anos pela prova Brasil³.

Citamos abaixo o quadro com o resultado do município de Pacatuba no ano do 2011 da Prova Brasil.

Quadro 6: Resultado da Prova Brasil em Pacatuba (2011)

Ano	Lin. Portuguesa	Matemática
5° ano	32%	25%
9° ano	15%	4%

Fonte: Elaboração própria com os dados fornecidos pela Secretária de Educação de Pacatuba (2014)

A proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5° ano, na rede pública de ensino de Pacatuba, dos 822 alunos, 261 demonstraram o aprendizado adequado. Já dos 809 avaliados, na Prova Brasil do 9° ano, 122 alunos demonstraram aptidão em Língua Portuguesa no município.

Na avaliação referente à disciplina de Matemática, a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 5° ano, na rede pública de ensino foram 209, dos 822 alunos avaliados. E o dado que mais chamou a atenção foi a queda de um grande valor na porcentagem de alunos que atingiram a pontuação mínima estabelecida pelo MEC, somente 4% dos alunos, de uma amostra de 809 alunos avaliados, apenas 33 mostraram competência para resolução de problemas matemáticos.

Outra premiação que acaba avaliando alguns dados educacionais é o Selo UNICEF, que é uma iniciativa que busca ajudar o Brasil a cumprir os oito

³ A Prova Brasil foi realizada no ano de 2013 em Pacatuba, mas até a finalização deste trabalho os resultados não foram publicados.

objetivos de desenvolvimento do Milênio, são metas mundiais definidas em 2000 e assinadas pelos governos de 191 países, que são membros da Organização das Nações Unidas (ONU), inclusive várias cidades e Município brasileiros. Mesmo a cidade sendo premiada desde 2004, Pacatuba acaba sendo reprovada em alguns indicativos, por ficar com o percentual baixo de escolas que atingiram a meta do IDEB.

3.3 Pacatuba e os índices educacionais

Assim como definido na lei de criação do FUNDEB, em Pacatuba, uma parte do FUNDEB, 60%, se destina à manutenção da educação e é gerida pelo responsável executivo da Secretária de Educação do Município.

A seguir podemos ver um quadro com os valores do repasse em uma comparação da aplicação dos fundos, nos últimos dez anos.

Quadro 7: Valores do Repasse FUNDEF nos últimos 05 anos de vigência na cidade de Pacatuba/CE

Ano	Valor repasse FUNDEF
2002	293.376,49
2003	451.434,97
2004	442.843,99
2005	614.131,84
2006	650.927,43

Fonte: Tesouro.gov (2014).

Quadro 8: Valores do Repasse FUNDEB nos últimos 05 anos, na cidade de Pacatuba/CE

Ano	Valor repasse FUNDEB
2010	1.188.701,55
2011	1.729.686,50
2012	2.599.538,16
2013	1.678.036,25
2014	2.496.945,29

Fonte: Tesouro.gov (2014).

Houve um aumento significativo no valor de repasse do ano de 2010 a 2014, esse aumento se justifica pela constatação do aumento da população que era de 60.000 e passou a ser de 72.299, um aumento de quase 10.000 habitantes. Os dados expostos são respectivamente referentes à consulta no site governamental.

Fica claro que existem muitas controvérsias em relação alguns dados que são bem negativos, porém é inegável que como repasse do FUNDEB, outros quesitos, na escola pública, melhoraram como o reflexo da autonomia que algumas passaram a ter. Por exemplo, na maioria das escolas em que o Projeto Segundo Tempo acontece, grande parte dos alunos melhoram suas notas. O rateio do FUNDEB é uma preocupação constante no município, uma grande parcela dos professores, temem desvios de parte da verba não investida na melhoria educacional e sua consequente manipulação dos dados.

De acordo com a secretária de educação de Pacatuba, há uma grande preocupação na boa distribuição dos valores do repasse do FUNDEB, e em função disso, vigoram constantemente órgãos de controle e fiscalização do fundo, dentre eles o Conselho Municipal do Fundeb. Ainda de acordo com a

Secretária de Educação Municipal de Pacatuba, a atuação dos conselheiros do FUNDEB está fundamentada no acompanhamento e controle social, associados as seguintes atividades:

- Supervisionar a realização do censo escolar;
- Elaborar a proposta orçamentária anual;
- Instruir, com parecer, as prestações de contas a serem apresentadas ao Tribunal de Contas;
- Acompanhar a aplicação dos recursos para o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.
- Apoiar a fiscalização paralela dos Tribunais de Conta, Poder Legislativo e Ministério Público.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo maior, nesse trabalho, foi verificar a relação entre os financiamentos FUNDEF e FUNDEB na contribuição da melhoria dos índices educacionais. É certo que o alcance das metas estabelecidas é um longo caminho a percorrer. Porém, verifica-se uma grande melhoria entre os resultados obtidos no primeiro ano de aplicação (2005) e o último aplicado (2011). Ainda que a melhora tenha sido significativa, há muitos objetivos a serem alcançados.

No entanto, desde a criação e implantação do FUNDEB, especificamente na educação básica, as escolas obtiveram uma maior possibilidade de instrumentos práticos para pensar estratégias de melhoria no âmbito educacional, a nível nacional. Além do incentivo governamental brasileiro, na criação e aplicação de políticas públicas favoráveis à melhoria do Ensino Fundamental e Médio, é necessário que a sociedade se mobilize e também participe ativamente dessa transição cultural.

Reconhecer que a escola é parceira da família, membros e sociedade civil, atuando ativamente no controle e fiscalização consciente, seja das avaliações externas, recursos educacionais, conselhos e comissões escolares é uma prática essencial na evolução educacional em nosso País. Nessa perspectiva, foi estabelecido no artigo 1º, decreto nº 6094/2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, na busca desse alcance.

Faz-se necessário, portanto, colocar em prática os instrumentos existentes, PDE, PDDE, MAIS EDUCAÇÃO, SEGUNDO TEMPO, ATLETA NA ESCOLA, MAIS CULTURA, FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional), CME (Conselhos Municipais de Educação), Conselho Tutelar, Ministério Público, TODOS PELA EDUCAÇÃO (entidade civil não governamental) utilizada, tanto na escola, como sociedade civil, na busca,

execução e conseqüente melhoria da qualidade educacional. A melhoria educacional é uma tarefa a ser executada por todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, seja na família, na escola ou sociedade civil.

Espera-se que o sistema educacional alcance a eficácia esperada no decorrer dos anos letivos. Ao serem inseridos no ensino fundamental, consigam ter acesso a um ensino de qualidade, obtenham sucesso na aprendizagem e conseqüentemente concluam a educação básica de acordo com as exigências legais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, Diário Oficial da União, 05/10/1988.

Desenvolvimento da Educação. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Guia de programas. Brasília, DF, jun., 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes. et al. **Conselho Escolar: gestão democrática da educação e a escolha do diretor**. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC, SEB, 2004.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 11 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978, p.5-45.

FUNDEB. **Manual de Orientação**, 2009

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2009.

GUIMARÃES, José Luis. **Do FUNDEF ao FUNDEB: Uma breve reflexão sobre as recentes mudanças da educação brasileira**. FCL UNIVESP, 2003

IBGE – Resultado Censo demográfico 2010 Pacatuba. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=230970#>. Acesso Jun/ 2014.

IPECE - Perfil Básico do Município de Pacatuba 2011. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Pacatuba.pdf. Acesso Mai/ 2014.

IPECE- mapas Pacatuba. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/139x.htm> Acessado entre: 07.09.2011 à 23.02.2014

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública**. 2ª ed., UFCSC, 2012.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 9.424, de 24/12/1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Mapeamento Cultural de Pacatuba–Projeto Selo UNICEF. Pacatuba: Secretaria de Educação, 2006.

MEC .Anais da Conferência Nacional de Educação : Conae 2010 : Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação : o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. Brasília,2011. 2 v.

MEC .Anais da Conferência Nacional de Educação : Conae 2010 : Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação : o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. Brasília,2011. 2 v.

Ministério da Educação. PDE : Plano de Desenvolvimento da Educação : Prova Brasil : ensino fundamental : matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília : MEC, SEB; Inep, 2008. 200 p. : il.

Ministério da Educação. Instruções para aplicação do Saeb,2013

Ministério da Educação. Cartilha Novo PDDE,2013.

Ministério da Educação. Manual de Orientações para Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais. Brasília: FNDE, 2005.

Prefeitura de Municipal de Pacatuba. Disponível em <http://www.pacatuba.ce.gov.br/>. Acessado em 07 de março de 2014.